

Belo Monstro

A insistência do governo em construir esta polêmica usina no coração da Amazônia, nos coloca no entreato de gravíssimos conflitos sociais, desterritorialização, destruição cultural e violação de direitos de povos indígenas e tradicionais

Em julho de 2009, movimentos sociais de Altamira, perplexos com desencontradas notícias sobre os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) da usina hidrelétrica de Belo Monte, demandaram a alguns pesquisadores, com largo trabalho na Amazônia, uma *tradução* destes estudos, parcialmente disponibilizados na página eletrônica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no mês de maio. No fim de abril de 2009, o Ibama havia condicionado o aceite dos Estudos à realização de uma série de estudos complementares que incluíam desde aspectos técnicos do projeto até análises sobre os povos indígenas, até aquele momento não apresentadas. Mas, em maio, renunciando, portanto, às suas próprias condicionantes, deslança o processo para a realização de audiências públicas, “queimando” uma etapa do licenciamento prévio. Tal atropelo, que se traduzia em violação de princípios constitucionais de participação democrática, além de violação da Instrução Normativa do 184/2008 do próprio Ibama e omissão de estudos, havia motivado uma Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal/Altamira. Desse modo, o processo foi interrompido, sendo retomado somente em agosto com a polêmica e duvidosa realização de quatro audiências públicas, no período de 10 a 15 de setembro deste ano.

O Painel de Especialistas, formado na primeira semana de agosto com a

“Não há certezas técnicas que assegurem a viabilidade da construção de Belo Monte ou determinem o seu custo”

participação de quarenta pesquisadores, debruçou-se sobre o estudo de impacto ambiental de Belo Monte. Este, elaborado pela empresa Leme Engenharia (afiliada ao Grupo Tractebel Engenharia, uma das Unidades da GDF-Suez - empresa resultante da recente privatização da Gaz de France), é financiado pela Andrade Gutierrez, Odebrecht e Camargo Corrêa - todas com interesse na construção de Belo Monte e com interfaces com as grandes empresas de produção de alumínio. Vale dizer que este Painel debruçou-se sobre seríssimas consequências ambientais, problemas técnicos e indefinições que suscitam dúvidas até sobre a saúde financeira do projeto - uma potência instalada de 11.233 Mw para uma energia efetivamente gerada, calculada em simulações, de 4.462 Mw. Isto é, menos de 40% do total instalado.

O problema de fundo é o planejamento

energético. Por um lado, assentado sobre o gerenciamento da oferta, minimiza o gerenciamento e a reflexão sobre a demanda e desconsidera uma visão global sobre o uso extensivo dos rios no contexto de suas bacias, especialmente da Bacia Amazônica. Por outro, baseia a sua oferta em um modelo de desenvolvimento suportado pela exploração mineral/exportação de eletrointensivos, ou seja, na contra corrente de elementares princípios de sustentabilidade. Pautar o desenvolvimento da Amazônia pela oferta líquida de energia é escancarar as portas para os enclaves gerados pelos grandes projetos e suas consequências, num modelo que reproduz opções somente impostas durante a ditadura militar.

Tragédias à vista

Sabemos que todos os empreendimentos hidrelétricos geram passivos ambientais pesadíssimos, ampla e tragicamente comprovados nos estudos científicos sobre a hidroeletricidade brasileira. Isto, porém, não é motivo para aceitar que o EIA de Belo Monte apresente falhas metodológicas graves e oculte regiões diretamente afetadas, subestimando impactos que incidem diretamente sobre o custo da obra, o risco do empreendimento e o destino de milhares de pessoas. Em face de tamanhas omissões e falhas, evidenciamos a sua inviabilidade. Por quê? Porque havia uma orquestração de discursos sobre uma viabilidade não demonstrada, isto é, que o próprio EIA não confirma. E, fiéis a princípios

de ética e precaução, sentimo-nos compelidos a dizer para a sociedade brasileira que não há certezas técnicas que assegurem a viabilidade da construção de Belo Monte ou determinem o seu custo, e não compactuamos com as “cegas” decisões geradoras de desastres consumados, como o foi a hidrelétrica de Balbina.

No leque de imprecisões, destaca-se como paradigmática a situação da Volta Grande do Xingu, considerada pelo Ministério do Meio Ambiente como área de importância biológica extremamente alta (Port. nº9, MMA, 23/01/2007). Esta área, se construída a barragem, poderá sofrer uma redução drástica da oferta de água e do lençol freático, comprometendo os modos de vida dos povos indígenas Juruna, Arara e Xikrin e de povos tradicionais que habitam as margens do Rio Xingu e igarapés, além de destruir toda a floresta de seu entorno e toda a biodiversidade aquática e terrestre, incluindo espécies endêmicas da ictiofauna e de cavernas, que não foram estudadas. Sequer há estudos que possam avaliar completamente o que ali acontecerá, porque o EIA não os fez! Ademais, nenhum centímetro quadrado destas terras é assumido pelos empreendedores como área diretamente afetada! Os níveis de água no rio, no trecho à jusante da barragem principal, teriam até cinco metros de diminuição, comprometendo a segurança hídrica e alimentar desta região, simulação que fizemos para ter condições responsáveis de pôr a dúvida sobre a mesa – de um projeto que, simultaneamente, alaga e “seca” a Volta Grande do Xingu.

O que se esconde no jogo de falhas e omissões? A descaracterização de que a geração de energia se utiliza diretamente de recursos hídricos das terras indígenas e modifica todo o ambiente que lhes suporta a vida e a cosmovisão! A minimização de custos socioambientais! A subestimação de populações sujeitas a deslocamento



Verena Glass

A usina de Belo Monte inundaria a Volta Grande do Xingu, considerada área de importância biológica extremamente alta: povos indígenas Juruna, Arara e Xikrin seriam diretamente impactados

compulsório, ou, o que é pior, desincumbência da responsabilidade sobre os seus destinos!

Só não vê, quem não quer

Na contra corrente das discussões sobre o clima, o EIA minimiza as emissões de metano, omitindo as emissões das turbinas e vertedouros; e minimiza o desmatamento, omitindo cenários sobre a área a ser desmatada para reservatório, obras, canteiros, alojamentos e, especialmente, sobre as conseqüências do afluxo estimado de 100 mil pessoas em busca de emprego, numa região cujo território tem cerca de 70% de sua área protegida.

Nosso estudo não objetiva se posicionar contra hidrelétricas, mas apontar problemas complexos de um projeto que se estende desde os anos de 1980, mas não resolve as suas próprias falhas e contradições, sejam de engenharia, sejam sociais, sejam ambientais. Estamos no entreato de gravíssimos conflitos sociais, de gravíssimos processos de desterritorialização, de destruição cultural, de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais.

Do econômico-financeiro ao socioambiental, ninguém sabe o custo de Belo Monte. Qualquer estimativa com base no EIA peca pela subestimação. E, além de leis, resoluções e portarias nacionais, recomendações e convenções internacionais referentes à construção de barragens serão desrespeitadas caso Belo Monte vá adiante, como a Comissão Mundial de Barragens, Princípios do Equador e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Apresentamos nossas considerações ao Ibama, buscando contribuir para um Brasil desenvolvido, justo, equânime, no qual a tomada de decisão esteja baseada em avaliações sérias e competentes.

Painel de Especialistas para uma leitura crítica do EIA Belo Monte:

[http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20\(3\).pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20(3).pdf)

* **Sônia Barbosa Magalhães** é doutora em Antropologia, professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) e desde 1984 pesquisa na Amazônia - paineldeespecialistas@gmail.com

* **Francisco del Moral Hernandez** é mestre e doutorando em Energia (Programa de Pós Graduação em Energia - PPGE, do Instituto de Eletrotécnica e Energia - IEE, da Universidade de São Paulo - USP) - paineldeespecialistas@gmail.com